

SIMULADO AMOSTRA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA

Analista Judiciário - Subscrição

Tribunal de Justiça
do Estado da Bahia



PROVA OBJETIVA

Língua Portuguesa

Texto I (Questões 01 a 05)

Flores

Minha terra, o Recife, é fraca de flores, de maneira que as poucas que nascem são guardadas para os enterros – minha terra é forte de enterros. Ninguém fazia essa coisa romântica de dar uma rosa à namorada ou despertar a mulher bonita (que se viu na véspera, pela primeira vez) com uma caixa de orquídeas e aquele cartão astucioso, dizedor de poucas e boas palavras. Passei anos, já no Rio, associando cheiro de flor aos muitos enterros da minha família.

Meus tios, meu pai, minha irmã de olhos azuis, à medida que Deus chamava, eles iam e o cheiro da sala onde a gente chorava me acompanhou até meses atrás. Cheiro úmido, abafado, de flores de uma cidade que se chama Garanhuns, depois de umas dez horas de trem da Great Western. Devo mesmo confessar uma certa malquerença por tudo que era flor fora do talo – sentia nelas uma espécie de cumplicidade nos enterros que saíram da minha casa.

Mas com o tempo fui me habituando à presença e ao perfume das flores. As tristes lembranças não resistiram aos caminhos de Teresópolis, tampouco às quaresmeiras, que têm sido tantas, neste verão de passeios compridos. Agora mesmo a empregada mudou as rosas do jarro do escritório. São cheirosas. Eu olho para trás e não morreu ninguém.

Antônio Maria – Adaptado

01. Já no primeiro parágrafo do texto o autor considera que

A com base em experiências alheias constatou que há pessoas que não se sentem atraídas pela beleza das flores.

B nossos contatos com as flores podem despertar os sentimentos mais variados, conforme as experiências vividas.

C sua experiência com as flores foi tão pouco significativa que ele nunca percebeu os belos atributos de que se revestem.

D sua indiferença para com as diversas funções das flores derivou do fato de conhecer tão poucas espécies.

E o reconhecimento da beleza máxima atribuída às flores só lhe ocorreu quando de sua chegada ao Rio de Janeiro.

02. É marcante, no segundo parágrafo do texto,

A a associação há muito estabelecida entre a fragrância das flores e as sensações e sentimentos fúnebres por ela despertados.

B a imaginação delirante a que se entregava o autor, quando de suas primeiras experiências com as flores nos canteiros.

C o desagrado do autor quando, ainda menino, constatava que as pessoas passavam a amar as flores só depois de cortadas.

D a convicção que tem o autor sobre a propriedade natural das flores e a função primordial que se deve a elas atribuir.

E o ressentimento que o autor guardou de seus primeiros contatos com as flores por o impedirem de admirá-las em sua beleza.

03. No terceiro parágrafo, o autor admite que

A as belas e novas paisagens naturais, uma vez imaginadas, podem fazer esquecer as experiências de uma infância infeliz.

B as antigas experiências ganham novo sentido quando submetidas à força das sensações que advêm por conta da memória poética.

C uma percepção das flores no presente, por forte que seja, não se mostra capaz de alterar o sentido trazido do passado.

D novas vivências, em novos lugares, permitem que impressões negativas do passado deem lugar a sensações positivas.

E experiências marcantes do presente podem recuperar e fortalecer antigas malquerenças, que deveriam ser esquecidas.

04. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

A aquele cartão astucioso (1º parágrafo) = tal mensagem ardorosa

B à medida que Deus chamava (2º parágrafo) = ao tempo em que se sacramentava

C confessar uma certa malquerença (2º parágrafo) = reconhecer algum desagrado

D uma espécie de cumplicidade (2º parágrafo) = um tipo de complacência

E não resistiram aos caminhos de (3º parágrafo) = sucumbiram aos acessos para

05. As normas de concordância verbal encontram-se plenamente atendidas na frase:

A Devem-se às primeiras lembranças despertadas pelas flores a impressão que delas se guardam para sempre.

B As primeiras impressões causadas pelas flores só haveria de ser relativizadas quando do contato do autor com novas paisagens.

C A visão das flores já sem os talos proporcionavam ao autor sentimentos hostis, que muito lhe custavam superar.

D Às paisagens do Rio e aos caminhos de Teresópolis atribuíram-se, no texto, o poder de transfigurar o sentido das flores.

E Das flores do passado permaneceu no cronista uma impressão forte, a que vieram se somar as sensações vividas no Rio.

06. Todos os vocábulos estão grafados corretamente em:

A Jornalista renomado, Ruy Castro já produziu textos para diversos veículos da imprensa brasileira.

B Além de jornalista, Ruy Castro é ezímio biógrafo. Seus livros sobre Nelson Rodrigues e Garrincha são famosos.

C Grande parte da produção jornalística de Ruy Castro foi eternizada em livros, os quais são elogiados pelos críticos.

D Em seu livro Chega de Saudade, Ruy Castro conclue uma reconstituição histórica do período da Bossa Nova no Brasil.

E Ruy Castro fala de seus hábitos como jornalista desde a época em que redigia os textos à máquina de escrever.

07. O sinal indicativo de crase está corretamente empregado em:

A O aumento no uso da internet relaciona-se ao maior acesso à dispositivos móveis.

B Alguns países já disponibilizam internet pública, com acesso integral à internautas.

C Há muitos colaboradores que se propõem à disseminar conteúdo relevante na rede.

D A www está entre as principais invenções que vieram à revolucionar o mundo.

E Atribui-se o desenvolvimento de tecnologias revolucionárias à pesquisa em laboratório.

08. Está inteiramente adequada a pontuação da seguinte frase:

A Quem não se dispuser a ler, não leia, embora depois, possa se arrepender.

B Nem sempre, as tarefas obrigatórias deixam de ser, ainda assim prazerosas.

C Quando ela não nos dá prazer, por obrigatória, ficará da leitura, provavelmente, algum rancor.

D Ainda que você não goste, do início de um livro, insista, pois quem sabe assim, algo se revele.

E Embora ele relute, em ler romances, tem imaginação suficiente, para vir a gostar deles.

Matemática e Raciocínio Lógico

09. Se 3 painéis solares fotovoltaicos produzem 70 kWh de energia em 50 dias, o número de painéis solares que produzem 112 kWh de energia em 15 dias é

A 12

B 15

C 14

D 16

E 13

10. Algumas raposas estão comendo os ovos de um depósito. No primeiro dia elas comeram 1/8 dos ovos. No segundo dia elas comeram 1/5 dos ovos que sobraram e no terceiro dia comeram 1/3 dos ovos que ainda restaram. Nesses três dias nenhum ovo foi repostado ou retirado do depósito. A fração dos ovos que inicialmente estavam no depósito e que sobraram intactos é

A 7/15

B 119/120

C 7/120

D 1/24

E 1/36

11. Um determinado avião possui capacidade para 60 passageiros a serem acomodados em 3 fileiras, A, B e C, com igual número de poltronas. Em uma determinada viagem, 75% das poltronas foram ocupadas, sendo que o número total de passageiros acomodados nas fileiras A e C foi o dobro do número de passageiros acomodados na fileira B. O número de passageiros acomodados na fileira B foi

A 20.

B 15.

- C 10.
- D 8.
- E 5.

12. Alberto, seu pai e seu avô têm hoje 21, 52 e 73 anos de vida, respectivamente. Podemos afirmar corretamente que a

- A média das idades hoje é igual à média das idades há dois anos.
- B mediana das idades hoje é a mesma mediana das idades de dois anos atrás.
- C variância das idades hoje é a mesma de dois anos atrás.
- D variância das idades era menor há dois anos do que a variância das idades hoje.
- E idade média hoje coincide com a idade do pai de Alberto.

13. As notas dos dez alunos de uma sala foram: 1, 2, 4, 6, 6, 7, 8, 8, 8, 10. A diferença entre a moda e a mediana dessas notas é

- A 1,5.
- B 2,5.
- C 0,5.
- D 2,0.
- E 1,0.

14. Maria, Ivo e Pedro escolheram, para cada um, dois sabores diferentes de sorvete. As seis escolhas foram: Ameixa, Açaí, Baunilha, Chocolate, Creme e Menta. Um dos rapazes foi o único dentre os três que escolheu dois sabores cujos nomes começam com a mesma letra; Maria escolheu Ameixa, mas não escolheu Menta. Ivo escolheu Chocolate como um dos sabores. Pode-se afirmar corretamente que

- A Ivo escolheu Açaí.
- B Maria escolheu Creme.
- C Pedro escolheu Menta.
- D Maria escolheu Açaí.
- E Pedro escolheu Baunilha.

15. Um grupo de 188 alpinistas conversa no topo do Morro de São Jerônimo. Desses montanhistas, 37 já escalaram o Pico da Neblina e 99 já escalaram o Pico da Bandeira. Se para 54 pessoas desse grupo é a primeira escalada que fazem, o número desses alpinistas que já escalaram o Morro de São Jerônimo, o Pico da Neblina e o Pico da Bandeira é

- A 2
- B 5

- C 4
- D 3
- E 6

Legislação

16. Assinale a alternativa correta conforme a Lei nº 6.677/94 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia).

- A Dentre outros, é um requisito, para ingresso no serviço público, não possuir inscrição do nome em órgãos de proteção ao crédito.
- B Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público, sendo-lhes reservadas até 20% das vagas.
- C A designação para funções de direção, chefia e assessoramento, superior e intermediário, recairá, exclusivamente, em servidor ocupante de cargo de provimento permanente.
- D O servidor somente poderá participar de missão ou estudos no exterior, mediante expressa autorização do Chefe do Poder a que esteja vinculado.
- E Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para o cargo de provimento permanente ficará sujeito a estágio probatório por um período de 6 (seis) meses.

17. Em matéria de adicional por serviço extraordinário, o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia prevê que:

- A o serviço extraordinário será remunerado, em regra, com acréscimo de 100% (cem por cento) em relação à hora normal de trabalho;
- B somente será permitida a realização de serviço extraordinário para atender situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo, em regra, de 2 (duas) horas diárias;
- C o serviço extraordinário é aquele prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte;
- D fazem jus a seu recebimento os servidores que trabalham com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas ou com risco de vida;
- E fazem jus a seu recebimento todos os servidores contratados por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

18. Segundo a Lei n. 6.677/94, a pena de demissão será aplicada nos casos de

- I. reincidência em faltas punidas com advertência.

II. inassiduidade habitual.

III. incontinência pública e conduta escandalosa.

Assinale:

- A se somente no caso I
- B se somente no caso II.
- C se somente nos casos I e II.
- D se somente nos casos II e III.
- E se em todos os casos.

19. Com base no que dispõe a Lei n.º 10.845 /2007, assinale a opção correta.

- A O julgamento dos processos de remoção e promoção dos juízes compete ao Conselho da Magistratura.
- B A instalação de comarca independe de solenidade formal.
- C Não é necessário que as comarcas mantenham registro de sua instalação, exigindo-se, entretanto, que guardem registro da entrada e do afastamento definitivo dos juízes que nelas trabalharem.
- D Um distrito deve ser entendido como a subdivisão territorial da comarca.
- E As unidades de divisão judiciária devem ser definidas pela Corregedoria-Geral de Justiça, que pode distribuí-las ou agrupá-las territorialmente no município.

20. Assinale a opção correta acerca da organização judiciária no estado da Bahia.

- A As serventias da justiça são os órgãos auxiliares da Corregedoria-Geral de Justiça.
- B O TJBA compõe-se de 60 (sessenta) desembargadores, somados os titulares e suplentes.
- C O tribunal de justiça pode funcionar de forma descentralizada, por meio de varas especializadas.
- D A Corregedoria-Geral da Justiça pode declarar qualquer unidade de divisão judiciária em regime de exceção.
- E O Conselho da Magistratura é um órgão de correição.

Direito Constitucional

21. À luz da Constituição Federal de 1988, os partidos políticos

- A poderão ser compulsoriamente dissolvidos ou ter suas atividades suspensas, desde que por decisão judicial transitada em julgado, a exemplo do que ocorre com as associações em geral.

B estão proibidos de receberem recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros, diferentemente do que ocorre em relação às associações em geral.

C adquirem personalidade jurídica mediante registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral, diferentemente das associações em geral, que a adquirem na forma da lei civil.

D devem possuir base territorial não inferior à área de um Município, à semelhança do que ocorre em relação às associações sindicais.

E possuem autonomia para definir sua organização interna, estrutura e funcionamento, diferentemente do que ocorre com os sindicatos, que dependem de autorização estatal e de registro no órgão competente para que sejam fundados.

22. Não é órgão do Poder Judiciário o

- A Superior Tribunal de Justiça Desportiva.
- B Conselho Nacional de Justiça.
- C Tribunal Militar instituído por lei.
- D Superior Tribunal Militar.
- E Tribunal Regional Eleitoral.

23. De acordo com a Constituição Federal, com relação aos Ministérios Públicos dos Estados, é correto afirmar que

- A os Procuradores-Gerais serão nomeados pelo Presidente da República, para mandato de um ano, permitida uma recondução.
- B os Procuradores-Gerais poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.
- C seus membros possuem a garantia da vitaliciedade, após dois anos de exercício, podendo perder o cargo por deliberação da maioria absoluta do Senado Federal ou por sentença judicial transitada em julgado.
- D seus membros estão proibidos de receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários ou percentagens, podendo, entretanto, receber custas processuais.
- E seus membros poderão exercer outras funções públicas, além de duas de magistério, se estiverem em disponibilidade.

24. À luz da separação dos Poderes, consagrada como princípio fundamental da Constituição Federal,

- A são funções típicas do Poder Legislativo legislar, fiscalizar e julgar o Presidente da República por crimes de responsabilidade.

B ao Tribunal de Contas da União, como órgão do Poder Judiciário, compete a fiscalização externa da atuação do Poder Executivo.

C as Comissões Parlamentares de Inquérito são instauradas no âmbito das Casas do Congresso Nacional, cabendo o controle judicial de seus atos ao Supremo Tribunal Federal.

D ao Conselho Nacional de Justiça, como órgão do Poder Judiciário no exercício da função jurisdicional, compete a fiscalização externa do Poder Judiciário.

E são funções típicas do Poder Executivo a administração da coisa pública, tributação e elaboração de normas jurídicas por meio de medidas provisórias.

25. Nos termos da Constituição Federal, a fiscalização da execução orçamentária e financeira da União e das entidades da Administração direta e indireta, entre outros aspectos, a aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo

A Congresso Nacional, mediante controle externo, com o auxílio da Controladoria Geral da União.

B Controladoria Geral da União, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

C Tribunal de Contas da União, mediante controle interno, com o auxílio da Controladoria Geral da União.

D Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

E Congresso Nacional, mediante controle interno, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

26. O artigo 5º, XIII, da Constituição Federal de 1988 dispõe sobre a liberdade de trabalho, ofício ou profissão. Este dispositivo, no que tange à eficácia das normas constitucionais, é de natureza

A contida, em vista da possibilidade de sobrevir regramento infraconstitucional estabelecendo requisitos para o exercício do direito.

B limitada, em vista da possibilidade de sobrevir regramento infraconstitucional estabelecendo requisitos para o exercício do direito.

C contida, em vista da necessidade de sobrevir regramento infraconstitucional para viabilizar o exercício do direito.

D limitada, em vista da necessidade de sobrevir regramento infraconstitucional para viabilizar o exercício do direito.

E plena, em vista da natureza fundamental do direito veiculado pela norma constitucional.

27. Ronaldo praticou crime de tráfico ilícito de entorpecentes, tendo como mandante seu irmão,

Luís. Sabe-se que Carolina poderia ter evitado referido crime, mas se omitiu. Com base apenas nas informações fornecidas, a Constituição Federal impõe à lei considerar o crime mencionado

A afiançável, mas insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo apenas Ronaldo.

B inafiançável, mas suscetível de graça ou anistia, por ele respondendo apenas Ronaldo e Luís.

C inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo apenas Ronaldo e Luís.

D afiançável e suscetível de graça ou anistia, por ele respondendo Ronaldo, Luís e Carolina.

E inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo Ronaldo, Luís e Carolina.

28. De acordo com a Constituição Federal, compete à União, dentre outras possibilidades,

A declarar a guerra e celebrar a paz, sendo uma de suas competências privativas a de legislar sobre o direito do trabalho.

B manter o serviço postal e o correio aéreo nacional, sendo que a competência para legislar sobre o direito do trabalho é concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.

C declarar a guerra e celebrar a paz, sendo que a competência para legislar sobre o direito do trabalho é concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.

D manter o serviço postal e o correio aéreo nacional, sendo que a competência para legislar sobre o direito do trabalho é comum da União, dos Estados e do Distrito Federal.

E declarar a guerra e celebrar a paz, sendo que a competência para legislar sobre o direito do trabalho é comum da União, dos Estados e do Distrito Federal.

Direito Administrativo

29. Dentre os princípios que regem as atividades da Administração pública, o princípio da

A moralidade sobrepõe-se aos demais, porque tem caráter transversal e pode fundamentar medidas judiciais em função de seu descumprimento.

B eficiência não encontra exposto amparo constitucional, mas é deduzido pela interpretação sistemática e finalística dos demais princípios de status supra legais.

C impessoalidade informa todos os órgãos e pessoas que compõem a estrutura administrativa, impedindo a prévia identificação dos agentes públicos, para evitar

constrangimentos e revelação de conflitos de interesses.

D publicidade foi alçada à categoria de único princípio absoluto após a edição da Lei de Acesso à Informação.

E legalidade apresenta diferentes acepções, dentre elas a circunscrição de matérias reservadas à expressa disciplina por lei formal.

30. Dentre as características da Administração Pública, é correto afirmar que esta

A tem amplo poder de decisão, mesmo fora da área de suas atribuições, e com faculdade de opção política sobre qualquer matéria objeto da apreciação.

B não pode ser considerada uma atividade neutra, normalmente vinculada à lei ou à norma técnica, mas sim atividade política e discricionária.

C comanda os administrados com responsabilidade constitucional e política, mas sem responsabilidade profissional pela execução.

D é dotada de conduta independente, motivo pelo qual não tem cabimento uma conduta de natureza hierarquizada.

E não pratica atos de governo; mas pratica tão somente atos de execução, com maior ou menor autonomia funcional, segundo a competência do órgão e de seus agentes.

31. Acerca da organização do Estado, integra a Administração Pública Direta a

A secretaria Estadual.

B empresa Pública.

C sociedade de Economia Mista.

D autarquia.

E fundação Pública.

32. O exercício do poder de polícia pela Administração, no âmbito da atividade de polícia administrativa,

A não admite delegação de nenhum de seus aspectos, devendo ser executado diretamente pelo ente federado titular da respectiva competência.

B não contempla medidas de coercibilidade, admitindo apenas meios de execução indireta, como aplicação de multas.

C constitui atuação vinculada, sem qualquer discricionariedade por parte do agente público.

D é dotado do atributo da exigibilidade, que autoriza a Administração a tomar decisões executórias sem prévia submissão ao Poder Judiciário.

E é dotado de imperatividade e autoexecutoriedade, o que autoriza a adoção de força pública para seu

cumprimento e a execução administrativa das multas aplicadas.

33. Com referência aos atos administrativos, o desvio de poder

A torna anulável o ato administrativo.

B é vício que atinge a sua finalidade.

C é termo genérico, tendo como espécie o abuso de poder.

D ocorre quando há excesso nos limites de sua competência.

E tem como exemplo a usurpação de poder.

34. Considere os seguintes itens:

I. Praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência.

II. Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.

III. Revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.

IV. Permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.

V. Negar publicidade aos atos oficiais.

Nos termos da Lei nº 8.429/92, a pena de ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos é aplicável ao ato constante em

A V.

B III.

C II.

D IV.

E I.

35. A Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, que revogará a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, introduzindo nova disciplina para as Licitações e Contratos da Administração Pública, passou a prever

A a possibilidade de a locação de imóveis pela Administração Pública ser contratada mediante dispensa de licitação, sendo admitida, no regime anterior, apenas se caracterizada hipótese de inexigibilidade do certame.

B a aquisição onerosa de imóveis como hipótese de dispensa ou inexigibilidade de licitação, não prevista na Lei nº 8.666/93

C a possibilidade de revogação dos procedimentos de licitação por motivo de conveniência e oportunidade, considerando que o regime disciplinado pela Lei nº 8.666/93 contemplava apenas hipóteses de anulação.

D o emprego da modalidade leilão para alienação de quaisquer bens imóveis de propriedade da Administração Pública, de aplicação restrita para a mesma finalidade na disciplina da Lei nº 8.666/93.

E a exclusividade da modalidade pregão para contratação de aquisição de bens ou prestação de serviços em sistema de registro de preços.

36. A responsabilidade civil do Estado pelos danos causados por seus agentes é

A objetiva em relação a terceiros e permite o direito de regresso do Estado contra o servidor público responsável independentemente de dolo ou culpa.

B subjetiva em relação a terceiros e permite o direito de regresso do Estado contra o servidor público responsável nos casos de dolo ou culpa.

C objetiva em relação a terceiros e permite o direito de regresso do Estado contra o servidor público responsável nos casos de dolo ou culpa.

D subjetiva em relação a terceiros e permite o direito de regresso do Estado contra o servidor responsável independentemente de dolo ou culpa.

E objetiva em relação a terceiros e não permite o direito de regresso do Estado contra o servidor público responsável.

Direito Civil

37. No tocante à Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro,

A a repristinação normativa é regra geral.

B as correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.

C a lei começa a vigorar imediatamente após sua publicação oficial, salvo disposição contrária.

D a lei posterior revoga a anterior somente se for com ela incompatível ou quando expressamente o declare.

E toda lei nacional destina-se à vigência indeterminada, vigorando até que outra a modifique ou revogue, não se admitindo a edição de leis

temporárias, em razão de sua natureza geral e abstrata.

38. O menor de dezesesseis anos

A não possui personalidade, a qual é adquirida com a maioridade civil.

B possui personalidade e tem resguardados todos os direitos inerentes a ela, mas é absolutamente incapaz para os atos da vida civil.

C possui personalidade, mas os direitos inerentes a ela, bem como os atos da vida civil, poderão ser exercidos pessoalmente apenas aos dezesesseis anos completos, quando é adquirida capacidade plena.

D possui personalidade, mas os direitos inerentes a ela, bem como os atos da vida civil, poderão ser exercidos, sob representação, apenas aos dezesesseis anos completos, quando é adquirida capacidade relativa.

E possui personalidade e tem resguardados todos os direitos inerentes a ela, mas é relativamente incapaz para os atos da vida civil.

39. A incapacidade relativa de uma das partes de um negócio jurídico

A não pode ser invocada pela outra em benefício próprio.

B pode ser invocada pela outra em benefício próprio, por constituir matéria de ordem pública.

C aproveita aos cointeressados capazes, salvo se for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.

D não aproveita aos cointeressados capazes, mesmo que indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.

E sempre aproveita aos cointeressados capazes.

40. De acordo com o Código Civil, a constituição da propriedade fiduciária de coisa móvel infungível

A opera o desdobramento da posse.

B depende de instrumento público..

C torna o devedor possuidor indireto da coisa.

D independe do registro do contrato.

E não pode ser pactuada com escopo de garantia.

41. O titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social

A comete ato ilícito, consubstanciado em abuso do direito, sujeitando-se à responsabilidade civil.

B não comete ato ilícito, mas, apenas, viola regra moral, sem consequências jurídicas.

C não comete ato ilícito, mas se sujeita à responsabilidade civil de natureza objetiva.

D comete ato ilícito, sujeitando-se a sanções administrativas, mas não à responsabilidade civil.

E comete abuso do direito, que a lei não reputa ato ilícito para fins indenizatórios.

42. De acordo com o Código Civil brasileiro, o Domicílio Civil

A da pessoa natural, que não tenha residência habitual, é o lugar onde manteve sua última residência.

B da pessoa natural que tiver diversas residências onde, alternadamente viva, é a Capital do Estado ou a cidade mais próxima da Capital.

C do incapaz é o do seu representante ou assistente e o do servidor público, o lugar em que exercer permanentemente suas funções.

D do marítimo é a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado.

E do preso é o lugar onde foi proferida a sentença condenatória.

Direito Processual Civil

43. De acordo com o que dispõe o Código de Processo Civil,

A o juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, exceto quando se tratar de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

B em nenhuma hipótese, poderá ser proferida decisão contra uma das partes do processo sem que ela seja previamente ouvida.

C na ausência de normas que regulem processos eleitorais, trabalhistas ou administrativos, as disposições desse Código lhes serão aplicadas supletiva e subsidiariamente.

D os juízes e os tribunais atenderão, obrigatoriamente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão. A lista de processos aptos a julgamento deverá estar permanentemente à disposição para consulta pública em cartório e na rede mundial de computadores.

E a norma processual não retroagirá, salvo para beneficiar o réu, e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados, quando possível, os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.

44. A ação civil pública será proposta

A no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa, e sua propositura prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.

B sempre no domicílio do réu, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa, e sua propositura prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.

C no domicílio do autor e sua propositura não prevenirá a jurisdição do juízo para ações posteriormente intentadas, ainda que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo pedido.

D exclusivamente na Capital do Estado, quando este for réu e no Distrito Federal, quando ré for a União.

E em qualquer comarca do Estado, quando este for réu e sua propositura prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.

45. De acordo com o Código de Processo Civil, no litisconsórcio unitário

A os atos e as omissões de um litisconsorte tanto beneficiam quanto prejudicam os outros.

B os atos e as omissões de um litisconsorte não prejudicarão os outros, mas os poderão beneficiar.

C os atos e as omissões de um litisconsorte nem beneficiam nem prejudicam os outros.

D os atos de um litisconsorte não beneficiarão os outros, mas as suas omissões os poderão prejudicar.

E as omissões de um litisconsorte não beneficiam os outros, mas os seus atos os poderão prejudicar.

46. Sobre a nulidade dos atos processuais, é correto afirmar que

A sua decretação pode ser requerida pela parte que lhe der causa, quando a lei prescrever determinada forma para o ato.

B se verifica independentemente da existência de prejuízo.

C o juiz não a pronunciará quando puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite.

D pode ser alegada, em regra, em qualquer momento, não estando sujeita a preclusão.

E o erro de forma invalida o ato ainda que possa ser aproveitado sem prejuízo à defesa das partes.

47. De acordo com a Lei nº 9.099/1995, podem propor ação perante o Juizado Especial Cível:

A os insolventes civis.

B as pessoas jurídicas de direito público.

C as pessoas enquadradas como microempreendedores individuais, na forma da Lei Complementar nº 123/2006.

D as massas falidas.

E os incapazes.

48. A respeito da prova testemunhal, o Código de Processo Civil em vigor

A revogou expressamente dispositivos do Estatuto da Pessoa com Deficiência quanto ao depoimento de pessoas interditas ou deficientes.

B afasta a capacidade de todas as pessoas com enfermidade ou deficiência mental para servir como testemunhas em processos judiciais.

C afirma serem incapazes de depor como testemunhas as pessoas impedidas ou suspeitas, de modo que seu relato não pode ser admitido pelo juiz.

D atribui capacidade para servir como testemunha aos maiores de dezesseis anos de idade, não se confundindo a capacidade para ser testemunha com a capacidade civil.

E não admite a prova exclusivamente testemunhal para a prova dos vícios de consentimento nos contratos em geral.

Direito Penal

49. A respeito da aplicação da lei penal quanto ao tempo, considera-se praticado o crime no momento

A da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.

B em que o agente der início aos atos preparatórios, ainda que não tenha ocorrido ação ou omissão.

C em que ocorrer o resultado, ainda que seja outro o momento da ação ou omissão.

D do exaurimento da conduta delituosa, ainda que seja outro o momento da ação ou omissão.

E em que o agente concluir os atos preparatórios, ainda que não tenha ocorrido ação ou omissão.

50. José, brasileiro, cometeu crime de peculato, apropriando-se de valores da embaixada brasileira no Japão, onde trabalhava como funcionário público. Em tal situação,

A somente se aplica a lei brasileira se José não tiver sido absolvido no Japão, por sentença definitiva.

B somente se aplica a lei brasileira se José não tiver sido processado pelo mesmo fato no Japão.

C aplica-se a lei brasileira, independentemente da existência de processo no Japão e de entrada do agente no território nacional.

D a aplicação da lei brasileira, independe da existência de processo no Japão, mas está condicionada à entrada do agente no território nacional.

E aplica-se a lei brasileira, somente se for mais favorável ao agente do que a lei japonesa.

51. Pedro subtraiu bem móvel pertencente à Administração pública, valendo-se da facilidade propiciada pela condição de funcionário público. Pedro responderá pelo crime de peculato e não pelo delito de furto em decorrência do princípio da

A subsidiariedade.

B consunção.

C especialidade.

D progressão criminosa.

E alternatividade.

52. Segundo a Lei nº 10.028/2000, deixar de divulgar ou de enviar ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas o relatório de gestão fiscal, nos prazos e condições estabelecidos em lei,

A ensejará a cassação dos direitos políticos do infrator.

B constitui ilícito cível, respondendo o servidor pelos danos causados.

C sujeita o infrator à pena de reclusão.

D enseja a aplicação das penas cíveis, administrativas, eleitorais e criminais ao responsável.

E constitui uma infração administrativa.

53. Segundo o Código Penal brasileiro, bem como o entendimento dos Tribunais Superiores, sobre o concurso de pessoas,

A se a participação no crime for de menor importância, isenta o agente da pena.

B a pena imposta aos autores do crime será a mesma, independentemente de um dos concorrentes participar de crime menos grave.

C não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, ainda quando elementares do crime.

D o ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega a ser consumado.

E para caracterizar o concurso, basta que duas ou mais pessoas concorram para a prática delituosa, não sendo necessária a identificação dos corréus.

54. A prescrição NÃO corre

- A durante o cumprimento do acordo de transação penal.
- B enquanto não cumprido ou não rescindido o acordo de não persecução penal.
- C com a decisão confirmatória da pronúncia até o julgamento em plenário do Tribunal do Júri.
- D entre o recebimento da denúncia e a sentença condenatória.
- E enquanto o agente é processado penalmente no exterior.

Direito Processual Penal

55. Em relação à aplicação da lei processual penal no tempo, é correto afirmar:

- A Aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.
- B A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- C O processo penal reger-se-á, em todo o território brasileiro, pelo Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689/1941).
- D A lei processual penal excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao processo iniciado durante sua vigência.
- E A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.

56. Nos crimes em que não couber ação penal de iniciativa pública, concluído o inquérito policial, o delegado deverá

- A remeter os autos ao juízo competente, onde aguardarão a iniciativa do ofendido.
- B remeter os autos ao Ministério Público, pois é o titular constitucional da ação penal.
- C arquivar os autos na repartição policial, onde aguardarão a iniciativa do ofendido.
- D intimar o ofendido do prazo decadencial para a propositura de ação penal.
- E entregar os autos ao ofendido ou seu representante legal, comunicando o juízo competente.

57. Segundo a doutrina, é possível conceituar a ação penal como o direito do Estado-acusação ou da vítima de ingressar em juízo, pretendendo a prestação jurisdicional, consistente na aplicação das normas de direito penal ao caso concreto. Sobre a ação penal, a legislação vigente dispõe:

- A A ação de iniciativa privada é promovida exclusivamente mediante denúncia do ofendido.
- B No caso de morte do ofendido ou de ter sido declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou de prosseguir na ação passa ao Ministério Público.
- C A ação penal é pública, salvo quando a lei expressamente a declara privativa do Ministro da Justiça.
- D A ação de iniciativa privada pode intentar-se nos crimes de ação pública, se o Ministério Público não oferece denúncia no prazo legal.
- E A ação pública é promovida pelo ofendido, dependendo, quando a lei o exige, de representação do Ministério Público ou de requisição do Ministro da Justiça.

58. Nos crimes afiançáveis de responsabilidade dos funcionários públicos, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de

- A cinco dias.
- B dez dias.
- C quinze dias.
- D trinta dias.
- E vinte dias.

59. Em relação ao habeas corpus,

- A cabe recurso de ofício da decisão de juiz de primeiro grau que concede habeas corpus.
- B compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão de turma recursal de juizados especiais criminais.
- C a extinção da pena privativa de liberdade não impede o conhecimento do habeas corpus.
- D a condenação exclusiva a pena de multa não impede o conhecimento do habeas corpus.
- E cabe recurso especial, endereçado ao Superior Tribunal de Justiça, contra a decisão denegatória de habeas corpus proferida pelo Tribunal Regional Federal.

60. Nos termos do Código de Processo Penal, o procedimento será comum ou especial. O procedimento comum será ordinário,

- A sumário ou sumaríssimo.
- B ou extraordinário.
- C do Tribunal do Júri ou sumário.
- D do Tribunal do Júri, sumário ou sumaríssimo.
- E ou das infrações penais de menor e médio potencial ofensivo.

PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO

- A prova deverá ser feita com caneta esferográfica fabricada em material transparente, de tinta preta ou azul, com grafia legível, a fim de não prejudicar o seu desempenho quando da correção pela Banca Examinadora, não sendo permitida a interferência e a participação de terceiros;
- A redação deverá ser desenvolvida em, no mínimo, **20 (vinte)** linhas e, no máximo, **30 (trinta)** linhas;
- A Prova Discursiva-Redação será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos;
- A fuga completa ao tema proposto é motivo suficiente para que a redação não seja corrigida em qualquer outro de seus aspectos, recebendo nota 0 (zero).

Leia, com atenção, o texto a seguir:

Já se passaram 20 anos desde que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lançou o Fome Zero, marco inicial das políticas sociais da era petista e que prometia acabar com a insegurança alimentar no país. A melhora contínua observada desde então entrou em trajetória de reversão nos últimos anos, o que agora desafia o legado do programa e reforça a necessidade de mudanças nas políticas vigentes.

O Fome Zero foi lançado em Belém (PA), em cerimônia com Lula, e sua primeira beneficiária foi Veida Maria Monteiro, 54. "O que consigo comprar hoje é bem menos que o que conseguia nos últimos anos", diz ela à Folha.

Quando passou a receber o dinheiro, Veida disse que conseguiu comprar para a família mais alimentos, e de melhor qualidade. A casa, segundo ela, é a mesma de 20 anos atrás, mas está em melhores condições.

"No começo, as coisas eram mais baratas. A cesta básica, por exemplo. Hoje em dia, está tudo caro. Minha filha nasceu prematura e teve falta de oxigênio. E hoje o benefício dela [o BPC, pago para pessoas com deficiência de famílias carentes] vai para gastos dela", afirma.

"Por isso [pelo BPC], não recebo mais o Bolsa Família, mas meu marido é autônomo. A gente tem comida, mas antes a gente podia comprar mais. Hoje em dia, com R\$ 500, a gente não consegue passar o mês", contou Veida. O foco inicial do Fome Zero era a transferência de renda para que as famílias comprassem alimentos, mas essa estrutura é hoje questionada pelos especialistas —que demandam um conjunto integrado de políticas.

"O que acaba com a fome é fazer programas estruturados", diz Adriana Aranha, pesquisadora da USP (Universidade de São Paulo) que trabalhou na transformação do Fome Zero em Bolsa Família. "A fome não vem sozinha. Ela vem acompanhada de outros fatores, como evasão escolar, violência doméstica, uso de drogas, moradias precárias, falta de saneamento. É preciso combater todo esse ciclo." [...]

Fome zero completa 20 anos com retrocesso em indicadores. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br>

Considerando que o fragmento de texto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo a respeito do seguinte tema: **A insegurança alimentar e a fome no Brasil.**

Rascunho

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

Texto Definitivo

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

Gabarito Rascunho

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60

Gabarito

Simulado Amostra – Tribunal de Justiça da Bahia

NÍVEL SUPERIOR

Analista Judiciário – Área Judiciária – Subscrição																			
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	D	C	E	E	E	C	D	A	B	C	A	C	A	D	B	D	D	E
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	A	B	C	D	A	E	A	E	E	A	D	B	D	D	C	B	B	A	A
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
A	C	C	A	B	C	C	D	A	C	C	E	E	B	A	A	D	C	A	A

Modelo de Redação

A Constituição Federal – norma de maior hierarquia do sistema jurídico brasileiro – determina que é dever do Estado garantir a todos o acesso à alimentação adequada. No entanto, na prática, tal prerrogativa não é efetivada, haja vista que a insegurança alimentar é uma realidade na vida de muitos cidadãos. Diante desse contexto, é evidente que medidas interventivas são necessárias para conter a questão, a qual é agravada devido não somente à desigualdade social, mas também à omissão estatal.

Em primeiro plano, é válido destacar que a histórica disparidade econômica e social da população brasileira acentua o cenário de insegurança alimentar. Nesse sentido, convém enfatizar que, desde o período colonial – em que os povos indígenas e as comunidades afrodescendentes eram segregadas – parcelas da sociedade são marginalizadas pelo próprio corpo social e pelo poder público, tendo o acesso à educação, à saúde e ao mercado de trabalho dificultado. Assim, a obtenção de renda é menor e tais populações – em maioria negra e parda e com o ensino defasado – ficam suscetíveis à insegurança alimentar, haja vista que a alimentação básica tem se tornado mais cara e a renda tem que ser dividida entre os serviços essenciais, como aluguel, gás, luz e transporte. Logo, ao analisar-se o panorama de acesso à alimentação no Brasil, é evidente a assimetria de oportunidades e de qualidade de vida presenciada pela população.

Outrossim, é imperativo pontuar que a inoperância do Estado contribui para a perpetuação da problemática. Sob esse viés, de acordo com o filósofo Thomas Hobbes, o Estado é responsável por garantir o bem-estar da população. Contudo, é notório que o poder público não cumpre seu papel enquanto agente garantidor de direitos mínimos, uma vez que, segundo uma pesquisa realizada em 2021 pela Fipe, 116 milhões de pessoas estavam em situação de insegurança alimentar. O quadro ilustra a negligência governamental, pois a administração pública não concentra tempo nem verbas satisfatórias na elaboração de projetos que visem atenuar a insegurança alimentar, por meio da oferta de empregos, da distribuição de cestas básicas e merendas escolares e da disponibilização de benefício para pessoas de baixa renda comprarem alimentos – semelhante aos benefícios do Auxílio Emergencial e Bolsa Família.

Portanto, é imperativo que o poder público crie mecanismos para atenuar a questão. Por conseguinte, cabe aos Ministérios da Cidadania e da Economia, por meio da elaboração de um projeto assistencial que distribuirá créditos para serem usados na compra de alimentos – o valor será proporcional ao número de pessoas residentes em cada casa – reduzir a quantidade de brasileiros que vivem em situação de insegurança alimentar. Essa medida terá a finalidade de ofertar uma qualidade de vida melhor e digna a todos os cidadãos, evitando que a fome seja uma veracidade no país. Somente assim, a sociedade brasileira verá o direito garantido pela Constituição ser efetivado.